

A REPRODUÇÃO CAMPONESA UCRANIANA NO CONTEXTO DA COLONIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS - PARANÁ

LUZ, Leandro Domingos¹; HARACENKO, Adélia Aparecida de Souza²

RESUMO: A nossa temática analítica envolve a colonização do município de Nova Tebas – Paraná no período de 1930 a 1960. Para essa análise destacamos, no contexto, o processo de reprodução social dos camponeses de descendência ucraniana, procedentes de centros difusores do sul do Estado. O recurso metodológico mais utilizado foram as entrevistas, obtidas com as fontes orais, além da utilização da documentação histórica para a compreensão da importância do campesinato na configuração da atual estrutura social, agrária e econômica do município. Entendemos que a migração é um processo intrínseco às características camponesas, assim, pela inviabilidade de reprodução social na área onde se encontravam, aos arredores de colônias tradicionais na região de Prudentópolis - Paraná, buscaram novas áreas, que lhes possibilitassem a sua permanência como camponeses, porém mantendo as características de sua cultura e do modo de vida camponês.

Palavras-chave: Nova Tebas. Migração. Colonização. Camponeses.

LA REPRODUCCIÓN CAMPESINA EN LO CONTEXTO DE LA COLONIZACIÓN DEL MUNICIPIO DE NOVA TEBAS – PARANÁ

RESUMEN: La nuestra temática analítica opinas a respecto a la colonización del municipio de Nova Tebas – Paraná, en un espacio del tiempo de las décadas de 1930 a 1960. Destacamos en el contexto, el proceso de reproducción social campesina de descendencia ucraniana, procedentes de centros difusores del sur del Estado. Las herramientas metodológicas más utilizadas en la pesquisa, fueron las encuestas, obtenidas através de fuentes orales, además de la utilización de la documentación histórica para la comprensión de la importancia del campesino en la configuración de la actual estructura social, agrária y económica del municipio. Entendemos que, la migración es un proceso intrínseco a las características campesinas, así pues, por la

¹Acadêmico do curso de Geografia da UNESPAR/FECILCAM – Campo Mourão, e-mail: leandro luz07@gmail.com.

²Professora adjunta do Departamento de Geografia da UNESPAR/FECILCAM – Campo Mourão, coordenadora do projeto no qual estamos atrelados, intitulado: “A Geografia da Práxis e da Cultura e Camponesa Ucraniana na Colonização da Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense”, vinculado ao Programa Universidade Sem Fronteiras no sub-programa: Diálogos Culturais, da Secretaria de Estado, da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, do Estado do Paraná, e-mail: haracenko@gmail.com.

impossibilidade de sua recriação em área onde se encontravam a los arredores de pueblos tradicionais en la región de Prudentópolis – Paraná, buscaron nuevas áreas que les possibilitasen su permanencia como campesinos, pero manteniendo las características de su cultura y del modo de vida campesina.

Palabras clave: Nova Tebas. Migración. Colonización. Campesinos.

INTRODUÇÃO

Este ensaio reflete resultados parciais sobre a análise do processo de colonização do município de Nova Tebas, sendo o texto parte integrante de um projeto maior que está em execução na região ao entorno do município de Campo Mourão. Esse projeto de pesquisa e extensão universitária, em que estamos trabalhando, tem como foco principal o estudo da influência da cultura camponesa ucraniana no processo de colonização dessa porção do território paranaense, bem como a sua contribuição para o atual campesinato no Estado. O levantamento histórico acerca da colonização desse território surge como suporte para a compreensão histórica desse sujeito social, uma vez que entendemos que são recriados pelo desenvolvimento contraditório e combinado do processo de reprodução ampliada do capital/capitalismo no campo.

A partir das discussões, realizadas acerca da temática, concordamos que o objetivo principal deste trabalho seria a compreensão da dinâmica de ocupação do município de Nova Tebas e, através dela, contextualizar a presença maciça do elemento camponês de descendência ucraniana no decorrente processo de colonização. Assim, partimos do pressuposto de que o pequeno produtor de origem ucraniana migrou para o município em questão em virtude de sua inviabilidade de reprodução na área onde se encontrava, ou seja, nos arredores de colônias tradicionais de colonização ucraniana, no sul do Estado do Paraná, principalmente na região ao entorno do município de Prudentópolis – ampliando as áreas de colonização para o centro-norte do Estado.

Nesse sentido, temos a contribuição de Santos (1978), que, ao analisar a subordinação do trabalho camponês ao capital nas zonas vinícolas de colonização italiana no Rio Grande do Sul, considera que a migração dos camponeses surge como alternativa às condições insatisfatórias de vida, assim a “terra nova” oferece as condições materiais necessárias para “que o camponês se reproduzisse socialmente, seja como posseiro, seja como proprietário, mantendo sempre a força de trabalho familiar e, por conseguinte, o processo de trabalho camponês” (1978, p. 150).

A migração rural-rural camponesa é a forma encontrada para que esse sujeito se

reproduza socialmente e mantenha a sua condição de classe -- em contraposição existe a migração rural-urbana, onde o camponês deixaria de ser dono de sua terra e perderia o seu *status* de produtor independente passando para a condição de proletário.

Hipoteticamente, consideramos que os camponeses ucranianos migraram e, conseqüentemente, abriram novas frentes de ocupação ampliando as colônias ucranianas no Paraná, não sendo mais os imigrantes vindos diretamente da Ucrânia, mas seus filhos e netos, porém conservando o modo de vida de seus ascendentes, a cultura ucraniana e o modo de vida camponês. Significa que continuam fazendo da agricultura de subsistência o elemento primordial para a manutenção das famílias na nova área.

No desencadear do estudo faz-se necessário o debate dos princípios teórico-conceituais que compõem o nosso trabalho, no correspondente ao estudo do campesinato e da sua recriação através da migração, impulsionada pela expansão ampliada do capitalismo, bem como as suas contradições, ressaltando o papel desempenhado pelo camponês no processo de colonização. No decorrer, refletimos sobre os procedimentos metodológicos, neste caso, a utilização da fonte oral como principal recurso metodológico que permeia esse contexto histórico e geográfico do território em questão. Por fim, apresentamos a história do município através da recriação camponesa, principalmente, aquela que se refere ao camponês de origem ucraniana.

DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O município de Nova Tebas (Figura 1) está localizado na Região Central do Paraná, pertencendo ao terceiro planalto ou Planalto de Guarapuava. Conforme dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2009), o município possui uma área total de 544.187 km², com altitude média de 650 metros acima do nível do mar, estando a uma posição geográfica de latitude: 24 ° 26 ' 17 " S; longitude 51 ° 56 ' 43 " W, fazendo limite com os municípios de Iretama, de Jardim Alegre, de Manoel Ribas, de Arapuá, de Pitanga e de Roncador.

Sua população é de aproximadamente 8.317 habitantes. Dessa população, 66,64% vivem na zona rural. Dessa forma, trata-se de um município cuja principal receita é extraída da atividade agrícola, possuindo reflexos importantes na economia, uma vez que tem por base econômica principal a produção de alimentos (QUEIROZ, 2008, p. 5).

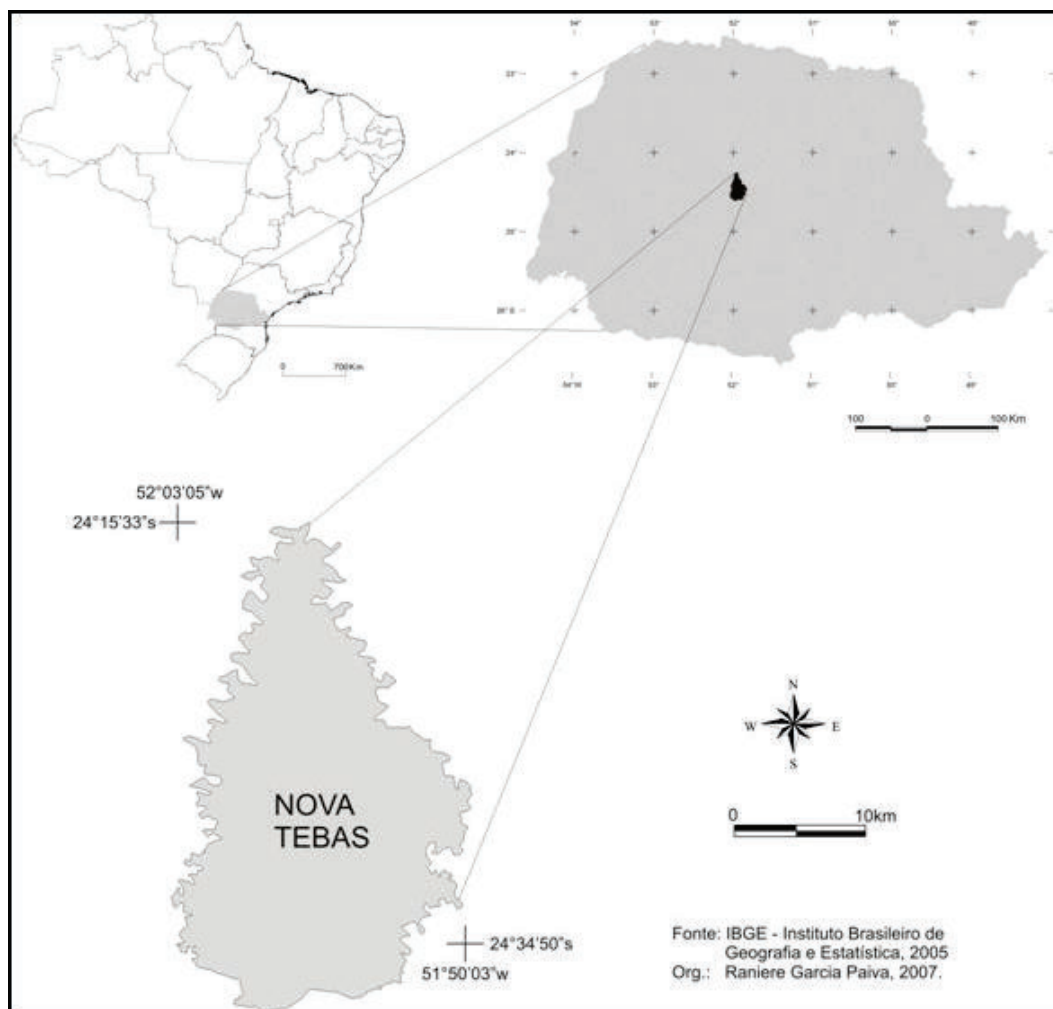


Figura 01: Localização do Município de Nova Tebas, no Estado do Paraná

Fonte: QUEIROZ, Marcos Antônio. 2008.

A Figura 2 mostra uma visão parcial da cidade de Nova Tebas. Através dessa visão percebemos que se trata de uma cidade pequena, com uma acentuada declividade. Percebe-se, também, que a cidade é cercada de pequenas propriedades com grande diversidade de cultivos. Em primeiro plano temos o cultivo do feijão cercado por bananais e, ao fundo, a sede do município de Nova Tebas.



Figura 02: Visão parcial da Cidade de Nova Tebas [1997?]

Fonte: Acervo particular da Sr^a Nerci Pirucelli.

CAMPESINATO: CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS

No que corresponde à matriz teórica, que discute o conceito de camponês, um grupo de autores brasileiros – principalmente a partir da década de 1950 e mais intensamente na Geografia nos anos 1980 – passaram a considerar que o campesinato é uma classe, entendendo que as suas origens são anteriores ao modo capitalista de produção. O camponês esteve presente no modo de produção feudal, no capitalismo (em todas as suas fases), além da experiência do socialismo real. Por esse modo de entendimento, o campesinato deve ser compreendido como uma classe social e não como uma classe exterior ao modo capitalista de produção, sendo condenada à extinção ou a um resquício na sociedade moderna, conforme estudos de outras correntes que se dedicam a estudar a questão agrária no Brasil e ao desenvolvimento do capitalismo na agricultura (OLIVEIRA, 2007a).

A classe camponesa exerce um papel peculiar na sociedade capitalista moderna, tendo chamado, principalmente a partir da década de 1950, maior atenção das diversas ciências sociais. Considerando que na agricultura existe uma grande diversidade de

relações de trabalho, enquanto que na indústria prevalece apenas uma -- o proletariado e seguindo a linha de distinção nas relações de trabalho urbana e camponesa, temos a contribuição de Paulino (2008, p. 216), sendo que, para a autora, “[...] o trabalho do camponês é um trabalho independente, o que ele vende não é o trabalho, mas o seu fruto, fruto esse que nasce como propriedade sua, e não do capitalista”. Dessa forma, o camponês não pode ser chamado de proletário, mas também não pode ser chamado de capitalista, pois não se beneficia do trabalho não pago, seu trabalho é escamoteado pela mercadoria produzida, formando a base tríplice do atual capitalismo, burguesia, proletariado e os proprietários de terra.

Com relação ao operariado, parafraseando Martins (2002, p. 71), “[...] o operário se situa no mundo através do *seu trabalho*. Seu trabalho não se oculta no produto, pois é por ele vendido especificamente como trabalho. As relações de trabalho são suas relações primárias e fundantes”. Dessa forma, o operário apenas se faz socialmente através do seu trabalho, onde o capitalista obtém o lucro inserido na extração da mais-valia, enquanto que o trabalho camponês é ocultado pelo produto, fruto de relações não-capitalistas de produção.

Conforme salienta Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007b, p. 11), “[...] é o próprio capitalismo dominante que gera relações de produção capitalistas e não capitalistas, combinadas ou não, em decorrência do processo contraditório intrínseco a esse desenvolvimento”. Dessa forma, o capitalismo dominante cria as condições materiais necessárias para a reprodução/recriação social camponesa, dentro de um processo contraditório e combinado de desenvolvimento. Assim, o capitalismo concentra relações não capitalistas de produção e, ao mesmo tempo, há um aumento das ações latifundiárias dentro do capitalismo em sua fase monopolista, através da roupagem do agronegócio, num processo combinado e essencialmente contraditório. Assim, quando se trata dos camponeses, considera-se que as suas relações de produção não são capitalistas devido à inexistência do trabalho remunerado, ou seja, em sua essência, o lucro não é obtido através da extração de mais-valia, mas, sim, pela venda das mercadorias por ele produzidas, sendo a principal força de trabalho a própria família. O trabalho na unidade camponesa tem por finalidade a satisfação das necessidades primárias do camponês e de sua família, sendo que a comercialização do excedente para o mercado decorre, em geral, para a aquisição de outros bens que não são produzidos em sua propriedade. No curso dos pressupostos que oferecem a constatação da “re-existência” da classe camponesa no processo de reprodução ampliada e contraditória do capital, temos a contribuição de José de Souza Martins, sendo que, para ele:

O capitalismo engendra relações de produção não-capitalistas como recurso para garantir a sua própria expansão, como forma de garantir a produção não-capitalista do capital, naqueles lugares e naqueles setores da economia que se vinculam ao modo capitalista de produção através das relações comerciais. A primeira etapa da expansão do capitalismo é a produção de mercadorias e não necessariamente a produção de relações de produção capitalistas (MARTINS, 1979, p. 21).

Cabe a ressalva de que a economia familiar, proveniente da unidade econômica camponesa, se distingue em essência da economia capitalista. A esse respeito, Campos (2006, p. 158) salienta:

O camponês e a camponesa produzem tendo como objetivo atender as necessidades de sua família seguindo a lógica que Marx chamou de M-D-M. Ou seja, produzem mercadorias, pela venda das mesmas obtêm dinheiro, com o qual adquirem outras mercadorias para atender suas necessidades. Esta é a lógica do valor de uso, na linguagem marxista, que se contrapõe à lógica capitalista, que se expressa na fórmula D-M-D'. Neste caso o processo começa com dinheiro, que é aplicado na compra de mercadorias, como máquinas, matéria-prima e força de trabalho para produção de novas mercadorias e com a venda destas obtêm mais dinheiro. O objetivo aqui não é atender às necessidades, é acumular capital.

Dessa forma, o camponês goza de certa autonomia em sua produção, pois ele produz, primordialmente, para satisfazer as necessidades internas da sua família, sendo que o excedente é comercializado para comprar o que não produz em sua unidade camponesa.

Dentro das características camponesas, uma é destacada como ato central da pesquisa que nos propomos a realizar, que é a sua reprodução social através da migração. Nesse sentido, parafraseando Marques (2008, p. 60), a autora propõe que “[...] o predomínio de sistemas de posse precária da terra nas formas de existência desenvolvidas por essa classe social tem resultado numa condição de instabilidade estrutural, que faz da constante busca por novas terras uma importante estratégia de reprodução social”. Na mesma linha de raciocínio, Klaas Woortmann (1990, p. 35) salienta que: “A migração camponesa não é apenas consequência da sua inviabilização de suas condições de existência, mas é parte integrante de suas próprias práticas de reprodução. Migrar, de fato, pode ser condição para a permanência camponesa”. Percebemos que, na área delimitada para o nosso estudo, os camponeses sofreram a inviabilidade da sua reprodução na área em que se encontravam. Essa inviabilidade ocorreu devido ao fato de os lotes inicialmente concedidos pelo governo terem sido muito pequenos (em torno de

10 alqueires) e devido a outros fatores, como esgotamento do solo, altas taxas de natalidade, entre outros motivos. Então migraram rumo ao centro e ao norte do Estado, na busca por novas terras e por melhores condições de vida. Com isso acabaram reproduzindo a classe camponesa, formando novas colônias ucranianas, uma vez que a herança cultural de seus ancestrais jamais fora esquecida, conservando o modo de vida camponês e suas tradições culturais -- característica marcante neste segmento do campesinato brasileiro.

AS FONTES ORAIS COMO PRINCIPAL RECURSO METODOLÓGICO

Ao longo da pesquisa de campo e da aplicação da temática proposta no recorte geográfico, o ambiente não nos propiciava, através apenas da documentação histórica e bibliográfica, uma afirmação de que havia, na área, uma esfera de recriação camponesa. Não que esse município não tenha história, mas, ao contrário, ela está presente no cotidiano das famílias precursoras do processo de colonização. Por esse motivo entendemos que a história, que não está escrita, encontra-se viva na memória das pessoas que viveram esse período.

Dessa forma necessitávamos de uma metodologia que proporcionasse a captação dessas informações diretamente na fonte, através das pessoas que estiveram envolvidas no processo de colonização, assim passamos a entender que a metodologia necessária se encontrava na história oral.

Para elucidar o nosso entendimento, sobre a metodologia proposta – a história oral, como fonte – contamos com a contribuição de Meihy (1996, p. 13), explicando que a “História oral é um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento de estudos referentes à vida social das pessoas. Ela é sempre uma *história do tempo presente* e também como *história viva*”. Seguindo as considerações do mesmo autor, a história oral “Mantém um compromisso de registro permanente que se projeta para o futuro, sugerindo que outros possam vir a usá-la” (MEIHY, 1996, p. 13). Assim, portanto, as contribuições das fontes orais não se esgotam apenas no momento de sua apreensão e estudo analítico de nossa pesquisa, mas servem de utilidade prática para outros estudos que se dediquem a estudar o campesinato em Nova Tebas.

Ao explanar sobre o assunto, Verena Alberti (2008) salienta, em seu livro *Manual da História Oral*, que:

Fazer história oral não é simplesmente sair com um gravador em punho, algumas

perguntas na cabeça, e entrevistar aqueles que cruzam o nosso caminho dispostos a falar um pouco sobre suas vidas. Essa noção simplificada pode resultar em um punhado de fitas gravadas, de pouca ou nenhuma utilidade, que permanecem guardadas sem que se saiba o que fazer com elas. Muitas vezes tal situação é criada por uma concepção talvez ingênua e certamente equivocada de que a história oral, em vez de meio de ampliação do conhecimento sobre o passado, é, digamos o próprio passado reencarnado em fitas gravadas – como se o simples fato de deixar registrado depoimentos de atores e/ou testemunhas do passado eximisse o pesquisador da atividade de pesquisa. (ALBERTI, 2008, p. 29).

Em outro ponto a mesma autora citada evidencia que: “[...] a história oral não é um fim em si mesma, e sim um meio de conhecimento. Seu emprego só se justifica no contexto de uma investigação científica, o que pressupõe sua articulação com um *projeto de pesquisa* previamente definido” (ALBERTI, 2008, p. 29).

Assim, para compreender o processo de recriação do campesinato no município de Nova Tebas, apresentamos a sua história não só pela via bibliográfica, mas inserimos no contexto as informações oferecidas pelas fontes orais, entrevistando as pessoas que viveram esse período ou que tiveram a sua família envolvida nesse processo, que corresponde desde a chegada das primeiras famílias na década de 1930 até a década de 1960, fornecendo material necessário para o entendimento, não só do camponês de descendência ucraniana, mas de maneira geral para o campesinato no município em questão.

Através das entrevistas, tivemos contato com fotos e com documentos antigos, indispensáveis na temática que nos propomos a estudar. Nesse sentido, temos a contribuição de Paul Thompson (1998, p. 25) salientando que “[...] a entrevista propiciará, também, um meio de descobrir documentos escritos e fotografias, que, de outro modo, não teriam sido localizadas”. Assim percebemos as contribuições das entrevistas, para entender, de forma singular, o processo de colonização do município em questão.

No decurso do trabalho com as fontes orais encontramos a seguinte inquietação: -- Como apresentar a transcrição da fala num trabalho científico? A resposta decorre de Paul Thompson (1998), salientando que:

Não existe nada que substitua uma transcrição completa. Até mesmo a melhor versão resumida mais parece as anotações de um historiador inteligente extraídas de um arquivo do que os documentos originais. E, ainda mais, o historiador não pode saber hoje que perguntas serão feitas pelos historiadores futuros, de modo que qualquer seleção que faça resultará na perda de detalhes que posteriormente podem ser

significativos. A transcrição integral deve, pois, incluir tudo o que está gravado, com a possível exceção de digressões para verificar se o gravador está funcionando, para tomar uma xícara de chá, ou para bater um papo sobre como está o tempo, sobre doenças, e coisa assim. Todas as perguntas devem constar dela. O gaguejar em procurar de uma palavra pode ser eliminado, mas outro tipo de hesitações e de “muletas”, como “você sabe” ou “veja bem” devem ser incluídos. A gramática e a ordem das palavras devem ser deixadas como foram faladas. [...] Mas a verdadeira arte do transcritor está no uso da pontuação e numa ou noutra grafia fonética que transmita a natureza da fala. (THOMPSON, 1998, p. 293, grifo nosso).

Optamos, dessa forma, por deixar as transcrições das entrevistas da mesma forma com que foram faladas, pois, caso contrário, estaríamos interferindo naquilo que não nos convém, correndo o risco de não assimilar o sentido das falas. Se, ao fazermos uma citação, nós a copiamos como estava escrito, não fazendo alterações, da mesma forma nos propomos a fazer ao utilizarmos as informações oferecidas pelas fontes orais, ou seja, ter o comprometimento com a sua transcrição integral.

Encontramos em Bagno (2004, p. 124) a defesa de uma transcrição integral, salientando que, “[...] do ponto de vista científico *não existe erros de português*. Todo falante nativo de uma língua é um falante plenamente competente dessa língua, capaz de discernir intuitivamente a *gramaticalidade* ou *agramaticalidade* de um enunciado, isto é, se um enunciado obedece ou não às regras de funcionamento da língua”. Assim, considerando que “[...] ninguém comete erros ao falar a própria língua materna, assim como ninguém comete erros ao andar e respirar. Só se erra naquilo que é aprendido, naquilo que constitui um saber secundário” (BAGNO, 2004, p. 124). Se ousássemos interferir na forma como os camponeses falam, estaríamos cometendo um erro ainda maior, o preconceito linguístico:

O preconceito linguístico é decorrente do preconceito social. Igualmente, os vícios de linguagem, que perpetuam no mundo rural, o mundo camponês – ou, aos olhos da elite, o mundo do “caipira” – são motivos de preconceito dessa mesma elite, que vê naquele homem do campo um sujeito ignorante que “não sabe falar corretamente”. (HARACENKO, 2007, p. 69).

Consideramos que, mesmo não fazendo alterações no modo como os camponeses falam para adequá-lo às normas cultas da língua portuguesa, as falas dos camponeses podem ser assimiladas pelo público sem maiores problemas de entendimento. Por isso, no presente estudo, fazemos das fontes orais a práxis indispensável em nossa pesquisa.

QUEM SÃO OS CAMPONESES DE ASCENDÊNCIA UCRANIANA

Ao estudar os camponeses de ascendência ucraniana no município de Nova Tebas, entendemos ser mister compreender a sua origem, para isso mencionando os fatos que os forçaram a emigrar para o Brasil.

Os ucranianos fazem parte de um grupo imigratório maior que se direcionou ao Brasil meridional no final do século XIX, o grupo Eslavo, proveniente do Leste Europeu. Nesse grupo se encontram os poloneses, os russos, os austro-húngaros, entre outras etnias.

O período em que se estabelece o início da imigração ucraniana para o Brasil, especialmente para o Paraná, está correlacionado com a consolidação do sistema capitalista de produção na Europa, no final do século XIX. Conforme apontamentos de Oksana Boruszenko (1995), salientando que esses imigrantes são chamados para criar, no Brasil Meridional, uma agricultura de subsistência, além de fornecer trabalhadores qualificados para grandes obras públicas no Paraná, como a construção da linha telegráfica Foz do Iguaçu-Paranaguá; a construção da linha férrea Irati-União da Vitória e, posteriormente, a linha férrea São Paulo-Rio Grande do Sul.

Boruszenko (1995) estabelece três fases distintas de imigração ucraniana. A primeira fase inicia-se a partir da década de 1890 com a chegada da primeira leva de imigrantes, que eram, em sua maioria, camponeses, provenientes da região da Galícia e de Bukovina, nas proximidades da atual divisa com a Polônia. Entenda-se, porém, que, nesse período histórico, a Ucrânia não existia como país, e essas regiões estavam sob o domínio polonês e do império austro-húngaro. Desta forma, inúmeros imigrantes chegaram aos portos do Rio de Janeiro e de Santos com passaporte polonês ou austríaco, dificultando a estimativa de número exato de ucranianos que vieram para o Brasil.

Esses imigrantes deixaram o seu país de origem fugindo, entre outras razões, da superpopulação agrária, da débil industrialização, das perseguições religiosas e culturais que enfrentavam. No Brasil, a vinda desse grupo é impulsionada pelo governo republicano, e fixaram-se principalmente no segundo planalto paranaense, na região dos campos gerais, formando as colônias tradicionais de Prudentópolis, de Mallet, de Antônio Olinto, etc. (BORUSZENKO, 1995).

A segunda grande fase de imigração situa-se entre as duas grandes guerras que assolaram a Europa no início do século XX. Essa fase foi impulsionada, principalmente, pelos motivos políticos. No ano de 1919 o movimento revolucionário ganhou enorme impulso, proclamando a unificação dos Estados Ucranianos, mas essa unificação não teve força para manter-se, ficando sob o controle da URSS, sendo que a Ucrânia do

Oeste, a partir de 1923, fica subordinada à Polônia. Parafraseando Boruszenko (1995, p. 9), era intenção dos imigrantes dessa época “voltar ao país de origem quando esse se tornasse independente. Alguns chegaram a voltar, mas já eram “[...] 'homens sem paz', que não se adaptavam nem lá nem cá”. Nessa leva, os imigrantes não eram apenas camponeses, possuindo uma maior diversidade profissional. Nesse período inicia-se a construção da linha férrea São Paulo-Rio Grande do Sul e os ucranianos, vendo a oportunidade de emprego, deixam seu país de origem e emigram para o Paraná.

A terceira e última fase da imigração ucraniana para o Brasil, segundo a autora supracitada, ocorre após a Segunda Guerra Mundial. Os imigrantes dessa fase se caracterizam como sendo refugiados políticos que lutaram contra os russos e, principalmente, ucranianos que foram mandados para trabalhar na Alemanha durante o domínio nazista em parte da Ucrânia. Terminada a guerra, os ucranianos não podiam viver na Alemanha, pois não eram alemães, sem contar que esse país estava todo destruído devido aos bombardeios da Guerra. Também não podiam voltar para a Ucrânia, pois seu país de origem estava sob o controle russo, antigo rival político-cultural. Dessa forma, a única solução era a emigração, destinando-se principalmente para o continente americano, sendo os principais destinos dos ucranianos, os países: Canadá, Estados Unidos, Argentina e Brasil.

De acordo com Tavares (2008, p. 506), “[...] os camponeses ucranianos e poloneses da Galícia, que vieram em busca de terras para cultivar e ganhar o seu sustento, encontraram uma realidade bem diferente do 'paraíso de delícias' que eram preconizadas nos boletins distribuídos pela Europa”. Ocorre que o governo brasileiro mostrava-se despreparado para receber os contingentes de imigrantes ucranianos. Conforme demonstram apontamentos realizados por Andreazza (apud TAVARES, 2008, p. 507), “[...] a aceitação das levas de galicianos que entraram em 1895 não implicou prévia preparação dos lotes coloniais, nos quais os imigrantes, tão logo chegassem ao Paraná, pudessem ativar uma plantação para a subsistência”. Assim, os próprios imigrantes tinham que trabalhar na demarcação dos lotes quando chegaram ao Brasil.

As Igrejas ucranianas apresentam-se como uma peculiar representação da cultura do povo ucraniano. A Igreja de rito oriental e estilo arquitetônico Bizantino, como se observa na Figura 3, foi implantada no Brasil pelos primeiros imigrantes galicianos, pois não dominavam o português e sentiam a necessidade das manifestações religiosas de sua terra natal. Com a migração dos descendentes ucranianos para a região central do território paranaense, as igrejas se multiplicaram, podendo ser consideradas fortalezas da cultura ucraniana no Estado.



Figura 03: Igreja da colônia ucraniana Barreirinho de Baixo, no município de Nova Tebas – Paraná

Fonte: LUZ, Leandro Domingos. 6/8/2009.

A inserção da Igreja Católica de rito oriental no Brasil deu importantes contribuições à conservação da cultura ucraniana, como costumes, tradições e, principalmente, a língua ucraniana, presentes até hoje nas colônias ao sul do Estado e também presente nas colônias da região centro-norte do Paraná, área a que se dedica o nosso foco analítico. Assim, consideramos como colônia ucraniana a comunidade ao entorno dessas igrejas de rito oriental.

COLONIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS – PARANÁ

Com o levantamento de dados e de posse das informações oferecidas pelas fontes orais, decidimos dividir o processo de colonização em duas categorias temporais: uma que diz respeito à colonização na porção sul do município entre a década de 1930 e 1940 – nesse processo surge o povoado de Bela Vista como referencial; e a outra se remete à

década de 1950 e 1960 -- na qual há uma expansão até a região onde hoje se encontra a cidade de Nova Tebas, ao norte do município. A ocupação da porção norte foi impulsionada pelo loteamento realizado na área e também pelas desapropriações feitas pela Colonizadora Ubá na região de Ivaiporá, forçando os posseiros a buscarem novas áreas, contribuindo para a colonização ao norte do território novatebense.

Considerando que o município de Nova Tebas somente obteve a sua emancipação política em 1989, decorre, portanto, que o recorte temporal em que estamos trabalhando, a história de Nova Tebas está entrelaçada com a do município de Pitanga, já que seu território ainda não havia sido desmembrado.

De acordo com Steca e Flores (2002, p. 29), a Serra de Pitanga foi visitada por europeus, primeiramente por franceses, no ano de 1847, formando uma colonização particular com cerca de 90 imigrantes, formando a *Colônia Tereza*, a mais ou menos 130 km ao norte de Guarapuava, nas proximidades do Rio Ivaí. Essa colônia não prosperou, no entanto, isso devido às enormes dificuldades no deslocamento e isolamento. Assim grande parte dos imigrantes retornaram a Guarapuava.

Na primeira fase de colonização, que ocorre entre as décadas de 1930 e 1940, destacaremos o processo de ocupação na porção sul do município. Nessa época quase não havia moradores na região, sendo conhecida apenas por caçadores e por aventureiros. A colonização tem início nessa área, entre outros motivos, devido à sua proximidade com a cidade de Pitanga. Nessa área tem o surgimento do povoado de Bela Vista, recebendo esse nome em virtude da visão privilegiada da Serra de Pitanga. No dia 14 de agosto de 1957, através da Lei Estadual n.º 3.267, Bela Vista foi elevado à categoria de Distrito Administrativo do município de Pitanga, antes mesmo da criação do distrito de Nova Tebas, atual sede administrativa do município (FERREIRA, 2006, p. 48).

Anteriormente à demarcação do território como município, o distrito de Bela Vista foi demarcado como Paróquia, sendo desmembrada de Pitanga, como salienta o padre Ricardo Küpper, no livro Tombo da então recém-criada paróquia:

Desmembrando o seu território da Paróquia de Pitanga com as seguintes divisas: o ponto de saída é a confluência do Rio Taquaruçú e Corumbataí, partindo daí por uma linha reta e seca até alcançar a confluência do Rio Palmital e Liso onde teria o nome de Muquidão, daí desce pelo Rio Muquidão até a confluência com o Rio Corumbataí, e pelo Corumbataí sobe até a confluência com o Rio Taquarussú, ponto de partida. Abrangendo, assim, todo o território do distrito de Bela Vista. (KÜPPER, 1975).

Sobre as características da região do povoado e a abundância dos recursos naturais, o mesmo autor escreve:

Era uma região coberta por florestas, nos anos trinta. Dois rios banham a região: o Muquilão e o Corumbataí. Rios que tinham peixe em abundância, conforme contam os primeiros moradores que chegaram à região, chegando a usar cargueiros para carregaram os peixes em pescas mais demoradas. (Idem, 1975).

Sobre o processo de colonização e, principalmente, quais eram as famílias pioneiras que vieram para a área nos anos de 1930, enfrentando as enormes dificuldades, descreve o autor:

As primeiras famílias que chegaram à região nos anos trinta tiveram que abrir picadas para terem acesso às terras [...]. Assim, chegaram os “Santana”, os “Berardi”, os “Brand”, os “França”, os “Berger”, os “Oening”, os “Horodenski”, os “Hrycky” etc. [...] As primeiras casas eram feitas de madeira serradas a mão tiradas do próprio local onde seriam erguidas as casas. (KÜPPER, 1975).

A senhora Virka Neduziak, de ascendência ucraniana procedente de Pitanga, descreve como foi a chegada de seus pais na região, comentando:

O meu avô ficou morando lá em Prudentópolis, por algum tempo, depois eles vieram prá região de Pitanga. Pitanga nessa época ainda não tinha, ainda não era município. E também ninguém era dono das terras e eles foram chegando e ficando dono, não tinha de quem comprar e foram ficando ali. Só bem mais tarde, quando Pitanga ficou município, então que fizeram algumas leis e conseguiram registrar essas terras, tanto que o meu avô tinha um total de cem alqueires, que não eram terra legítima, que eles falavam, era a tal de terra Nacional, não tinha documento assim, porque não era de ninguém, não era popularizada ali ainda, eles foram os primeiros habitantes de Pitanga. (NEDUZIAK, 2009).

A mesma senhora, ao perguntarmos sobre o que se plantavam na propriedade nos primeiros anos de vida na nova área, responde, “[...] plantavam, isso, cultura de subsistência, agricultura familiar, e tinham, assim, criação, tinha criação de gado, de gado leiteiro, porcos, cabritos, os carneiros, os cavalos, galinha. Tudo na propriedade, junto deles pra subsistência, compravam o mínimo possível de coisa” (NEDUZIAK, 2009). Nessa fala percebe-se uma característica camponesa muito forte, que é a agricultura de subsistência.

A senhora Antonia Yvaschexem Neves salienta que, no início: “Não havia demarcação, cada um pegava um pedaço de terra prá prantá” (NEVES, 2009). Somente depois de certo tempo é que as terras foram legalizadas. Sobre esse processo, ela diz: “Nóis mandava em cem alqueire, depois veio a loteação, primeiro veio uns homem e fez as linha

e depois outro repartindo, daí [...] nós ficamos com apenas vinte e oito alqueire, porque nós não tinha dinheiro pra pagar” (NEVES, 2009). Assim como a senhora Antonia, muitos posseiros perderam parte de suas terras no processo da legalização delas. Essa perda se deu, principalmente, pela falta de dinheiro, reduzindo consideravelmente a área ocupada, sendo as terras tomadas por quem pudesse pagar a sua legalização.

A segunda fase de colonização do município, correspondente à década de 1950 e 1960, é marcada por sérios conflitos pela posse de terras, que, mesmo não tendo a influência direta de uma empresa de colonização, mas de um imigrante grego com o sonho de fundar uma cidade, não fez com que esse processo fosse amigável, existindo uma enorme gama de conflitos, assim nos mostra Küpper (1975), ao escrever que, “[...] mesmo com requerimento houve gente que perdeu suas terras diante das pressões sofridas por quem tinha outros documentos em suas mãos acerca da posse das terras”. Num outro momento relembra que “todo mundo era posseiro”. Complementando, evidencia: “[...] como os compradores [Elias Papanastácio e Veronik Miquelik] não moravam aqui e vieram tomar posse das terras, muitos posseiros perderam suas terras e outros se revoltaram contra o loteamento” (KÜPPER, 1975).

No processo de colonização do Estado do Paraná houve muitos conflitos acerca da demarcação de terras. Conforme salienta Haracenko (2002), o Estado do Paraná, principalmente nas décadas de 1950 e 1960, cede parte das terras griladas. O governo requisita para si essas terras sob o pretexto de não estavam colonizadas, ou seja, eram terras devolutas, e as cede a companhias de colonização. Os posseiros, que já ocupavam as áreas, acabaram, por fim, entrando em conflito com os grileiros (pretensos proprietários com documentos forjados) e os compradores das terras através das companhias colonizadoras.

Na década de 1960, o senhor Elias Papanastácio -- “o grego”, como era chamado --, loteou 600 alqueires, favorecendo a entrada de várias famílias na região. Vendendo lotes tanto na área que se destinava à cidade quanto na área rural, influenciou diretamente na denominação do nascente município, sendo o nome Nova Tebas uma homenagem à sua terra natal.

A senhora Maria Hryskyky Berardi, de ascendência ucraniana, procedente de Guarapuava, relata, em entrevista, contando como era sofrida a vida na nova área em 1951, e como eram feitas as compras, para o que tinham que se deslocar até Pitanga, cerca de 60 km distância de Nova Tebas. Disse ela que, no início:

Não tinha nada [em Nova Tebas], mais já era ruim, era triste morá aqui e tinha mosquito que não dava prá dormi de noite, de dia a gente ia trabaíá naquele calor, nós era de lugar frio, mais nós sofria aqui, eu chorava dia e noite e queria voltar pra lá. [...] Prantando pra

nóis mesmo. Prantava trigo, feijon. Nóis ía fazê compra na Pitanga, meu pai tinha uma carrocinha com dois cavalo e se mandava pra lá, posava lá na Pitanga, no galpão, e tinha aquele lugar de poso pros animais, tinha milho e daí nóis posava ali. Demorava um dia pra í e um dia pra voltá, um dia e chegava lá de noite, chegando lá fazia as compras tudo e chegava aqui horas da noite, e quando pegava chuva na estrada então, podia deixá, num dava pra vim. (BERARDI, 2009).

A senhora Maria Kaviak Gelinski, filha de imigrantes ucranianos provenientes da Galícia, relata quais eram as mercadorias compradas fora da propriedade e como era a vida na unidade camponesa ucraniana:

Para nóis era maravilhoso, antes tempo, sabia, porque se o meu pai colocava um porco gordo na carroça e saía vendê, o que ele ia comprá? ía comprá: querosene, um saco de açúcar, um fardo de café, o sal. Era a compra antes tempo. Nóis não tinha dificuldade prá vivê, pois nóis era tudo sadio, nóis tirava tudo da lavoura, [...] tinha tudo, faturas na roça, faturas: porco, galinha, cabrito, tudo que existia de criação, na propriedade do meu pai existia, então, nóis não tinha miséria. (GELINSKI, 2009).

No relato da senhora Maria Gelinski e das demais entrevistas ficam evidentes as características camponesas encontradas nas famílias de ascendência ucraniana. Fica evidente principalmente o laço fortíssimo com a terra, tirando dela quase que tudo que necessitavam para a sua subsistência, necessitando da compra mínima de mercadorias de fora da unidade camponesa.

Nas décadas de 1950 e 1960, a região sofre um grande crescimento e desenvolvimento populacional, com a vinda de inúmeras famílias de São Paulo e de outros Estados do Sudeste do país, além das famílias reimigrantes e com ascendência europeia, vindos do sul do Paraná, no caso, ucranianos e poloneses, sem contar com as famílias vindas de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, de origem alemã e italiana (QUEIROZ, 2008).

A foto representada na figura 04, demonstra muito bem, o período de afloramento populacional que se procedeu no povoado de Nova Tebas a partir da década de 1950. Nela percebemos que as missas mais pareciam com festas, tamanha a quantidade de gente. A igreja forma o início da colonização, pois ao fundo da foto podemos perceber a mata recém-derrubada para dar lugar ao loteamento e ao traçado das ruas.



Figura 04: Primeira igreja de Nova Tebas, década de 1950.

Fonte: Acervo particular da Paróquia São Pedro Apóstolo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De posse das informações oferecidas pelas fontes orais, testemunhas oculares do período em que trabalhamos, possuímos suporte para evidenciarmos que, no interior do processo de colonização, houve a reprodução social do campesinato, principalmente dos camponeses de origem ucraniana, haja vista que o modo de vida, as tradições, os costumes, a língua, entre outras manifestações culturais da terra natal de seus pais e avós, jamais foram esquecidos, sendo recriados juntamente com a classe camponesa.

Outro aspecto importante diz respeito à formação populacional do município, sendo que essa porção do território paranaense teve a influência das diversas correntes migratórias, a maioria composta por pequenos agricultores, que colonizaram o interior do Paraná. Esses camponeses, ao migrarem para centro do Paraná, em busca de melhores oportunidades, recriaram a classe camponesa, haja vista que o trabalho familiar e agricultura de subsistência formaram requisitos importantíssimos para a manutenção dessas famílias na nova área.

Consideramos, como análise final neste ensaio, que o trabalho desenvolvido pelo campesinato ucraniano fora de extrema importância para a formação de uma agricultura camponesa muito diversificada e forte no município, sendo que muitas das famílias precursoras da colonização conservam, até hoje, o vínculo com a terra e com as manifestações culturais típicas, considerando que a recriação do campesinato de origem ucraniana está atrelada, não apenas aos motivos econômicos, mas também à questão cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. **Manual da história oral**. 3. ed. São Paulo: FGV, 2008.
- ALMEIDA, Rosemeire Aparecida; PAULINO, Eliane Tomiasi. **Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações**. Revista de Geografia, Londrina, v. 9, n. 2, p. 113-127, jul./dez. 2000.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito lingüístico: o que é, como se faz**. 34. ed. São Paulo: Loyola, 2004.
- BERARDI, Maria Hrysyski. [entrevista concedida em 28 de Abril de 2009]. Nova Tebas, 2009.
- BOMBARDI, Larissa Mies. A dialética e a geografia agrária na obra de Ariovaldo Umbelino de Oliveira. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs.) **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 496 p.
- BORUSZENKO, Oksana. **Os ucranianos**. Boletim informativo da Casa Romário Martins. 2. ed. Curitiba, PR: Fundação Cultural de Curitiba, v. 22, n. 108, out. 1995. VII, 49 p.: Il.
- CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. Campesinato autônomo – uma nova tendência gestada pelos movimentos sociais do campo. In: **Lutas & Resistências**, Londrina, v.1, p.146-162, set. 2006.
- CHAYANOV, Alexander Von. **La organizacion de la unidad economica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.
- FERREIRA, João Carlos Vicente. **Municípios paranaenses: origens e significados de seus nomes**. Cadernos Paraná da Gente, n.5, Curitiba: 2006, 342 p.

GELINSKI, Maria Kaviak. **[entrevista concedida em 6 de Agosto de 2009]**. Nova Tebas, 2009.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel González. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HARACENKO, Adélia Aparecida de Souza. **Querência do Norte: uma experiência de colonização e reforma agrária no noroeste do Paraná**. Maringá, PR: Mussoni, 2002.

_____. **O processo de transformação do território no noroeste do Paraná e a construção de novas territorialidades camponesas**. São Paulo: 2007, 627 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa de informação básica Nova Tebas –PR: variáveis auxiliares**. 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/munic_meio_ambiente_2002/>. Acesso em: 1º maio 2009.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Diagnóstico socioeconômico do Território Paraná Centro: 1ª fase: caracterização global**. Curitiba, PR: IPARDES, 2007. 138 p.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. *In*: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs.) **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 496 p.

_____. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Revista NERA. Presidente Prudente, SP. Ano 11, n. 12, p. 57-67, jan./jun.2008.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. **O cativo da terra**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1996. 157 p.

NEDUZIAK, Virka. **[entrevista concedida em 26 de abril de 2009]**. Nova Tebas, 2009.

NEVES, Antonia Yvaschexem. **[entrevista concedida em 10 de maio de 2009]**. Nova Tebas, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A geografia agrária e as transformações territoriais

recentes no campo brasileiro. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org). **Novos caminhos da geografia**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2007a.

_____. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007b. 184p.

PARÓQUIA SÃO PEDRO APÓSTOLO. **Livro tombo**. Nova Tebas, 1975 – 1991.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Territórios em disputa e agricultura. *In*: _____; FABRINI, João Edmilson (Orgs.) **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 496 p.

PIRUCELLI, Nerci. **Foto visão parcial de Nova Tebas (1997?)**. Acervo particular. Nova Tebas, 2009.

QUEIROZ, Marco Antonio. **Desenvolvimento local e economia solidária estimulando o cooperativismo no distrito administrativo de Poema-Nova Tebas, PR**. I Simpósio sobre Pequenas Cidades e Desenvolvimento Local, Universidade Estadual de Maringá – UEM, 2008, 8 p. Disponível em: <www.dge.uem.br/semana/eixo3/trabalho_88.pdf>. Acesso em: 4 maio 2009.

SANTOS, José Vicente Tavares. **Colonos do vinho: a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

STECA, Lucinéia Cunha; FLORES, Mariléia Dias. **História do Paraná: do século XVI à década de 1950**. Londrina, PR: Ed. UEL, 2002. 205p.

TAVARES, Luis Almeida. **Campesinato e os faxinais do Paraná: as terras de uso comum**. São Paulo: 2008. 756 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 2. ed. Curitiba, PR: Ed. dos Professores, 1968.

WOORTMANN, Klaas. Migração, família e campesinato. *In*: **Revista Brasileira de Estudos de População**, Brasília, v.7, n.1, p. 35-53, jan./jun. 1990.